

COMENTANDO:  
“A FACE OCULTA DO PARECERISTA:  
DISCUSSÕES ÉTICAS SOBRE O  
PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE  
MÉRITO DE TRABALHOS  
CIENTÍFICOS”

por **Hermano Roberto Thiry-Cherques\***

O que dizer quando se concorda com a opinião de quem se deve criticar? A autora do texto sobre “A face oculta do parecerista” evidentemente tem razão. O sistema de pareceres para escolha dos textos a serem publicados em nossas publicações técnicas é falho e está sujeito a uma série de desvios de ordem moral.

Na sua apreciação, depois de rejeitar, por fria e calculista, as fórmulas do absolutismo ético de Kant, a autora escolheu seguir a orientação da ética de Dilthey. Foi uma lembrança feliz. De um lado, porque Dilthey segue a linha de pensamento de Kant ao construir uma crítica da razão histórica paralela às críticas da razão pura e da razão prática. De outro, porque, injustamente posto de lado pelos filósofos nos últimos anos, Dilthey tem uma visão multidimensional do ser humano, como sede da inter-atuação de três âmbitos psíquicos: o pensamento, a vontade e o sentimento (Dilthey; 1942; 1952).

Embora Dilthey não tenha desenvolvido propriamente uma ética, mas uma “filosofia da vida” a partir de uma *autognosis*, de uma autocompreensão da interioridade e das relações com o meio circundante, o ponto de vista que oferece é útil para por em evidência as falhas e lacunas morais do sistema analisado. A autora poderia igualmente ter seguido outras correntes, outras formas de pensar a moral, que as suas conclusões seriam as mesmas: as dificuldades éticas do sistema de pareceres derivam:

1. do fato de que o poder, ou, para seguir a Nietzsche, da vontade de poderio outorgado sem mérito, costuma subir à cabeça dos pareceristas, que, atocaiados atrás do véu do anonimato, tendem à covardia malsã e à desconsideração do trabalho alheio;
2. do aborrecimento de uma tarefa lateral e julgada menor, que obriga o profissional a deixar o que está fazendo para pontificar sobre um texto, que o mais das vezes pouco ou nada lhe interessa, incitando ao descuido e à imprecisão nas observações que é constrangido a perpetrar;
3. do hábito, do confinamento dos círculos culturais em que está imerso, que induzem o parecerista ao desprezo e, mesmo, à rejeição das idéias diferentes da sua e do texto inovador.

Em tudo isto a autora tem razão. Ao que escreveu, faria apenas duas observações, ou melhor, dois acréscimos. Um de ordem ética. Outro de ordem operacional.

No campo ético, a autora me parece leniente com os editores que têm “... acesso ao nome dos autores e em alguns casos podem rejeitar preliminarmente um texto ...” e, acrescento, que têm a responsabilidade de escolher e a liberdade de pressionar os pareceristas. Esta é uma infração ética recorrente e muito mais grave do que aquelas apontadas. A incapacidade de responsabilizar tanto pareceristas como editores é, de longe, a maior tentação do sistema de pareceres para recair-se em práticas censuráveis.

\* Prof. FGV/RJ

Na vertente operacional, faltou à autora sugerir alguma medida para superação do problema da "face oculta" do parecerista. O chamamento à moralidade me parece ingênuo. A consciência moral ou está em nós, como supunha Kant, ou é obtida pela autoeducação, como postulava Aristóteles, ou é aprendida sob vara, se nos damos a liberdade de entender assim o *argumentum baculum* de Sto. Agostinho.

Creio que as dificuldades de ordem moral apontadas pela autora e as que acrescentei poderiam ser equacionadas se:

1. os textos a serem examinados fossem codificados, isto é, recebessem apenas um número, como acontece nos exames, para que o nome do autor fosse desconhecido não só do parecerista, mas, igualmente, do editor, de modo que os seus desafetos não pudessem ser excluídos e os apaniguados incluídos, como acontece com sabida freqüência;
2. a atividade de emitir pareceres fosse recompensada, seja por uma remuneração condizente com a sua relevância, seja por qualquer outro tipo de reconhecimento não meramente simbólico;
3. os pareceres, e, conseqüentemente, os pareceristas, fossem avaliados, o que poderia ser facilmente realizado mediante duplicidade de pareceres sobre o mesmo texto, ou através da auditagem externa, pela confrontação dos textos recusados e aceitos e dos pareceres emitidos.

## REFERÊNCIAS

Dilthey, Wilhelm; Introduction a l'étude des sciences humaines: essai sur le fondement qu'on pourrait donner a l'étude de la société et de l'histoire; Paris: Presses Universitaires de France, 1942.

\_\_\_\_\_ ; La esencia de la filosofía; Buenos Aires; Losada; 1952.